

Comitês Populares e a Luta Contra os Juros Altos | Janeslei Albuquerque e Janaína Meazza

14/08/2023

Desde o início de sua organização, os Comitês Populares têm desempenhado um importante papel na defesa da democracia, contra o fascismo e pelos direitos da classe trabalhadora, representando uma experiência interessante de organização popular.



Durante o período eleitoral tiveram larga atuação na defesa dos princípios democráticos no Brasil, na derrota da extrema direita fascista e, certamente, na vitória do presidente Lula.

Após a eleição de 2022, os Comitês Populares passaram por um processo de reorganização e reafirmação de suas pautas. Esse momento de repactuação tem sido importante para fortalecer a coesão em torno de bandeiras comuns que abrangem os interesses da classe trabalhadora, permitindo que os Comitês se mantenham enraizados nos territórios onde atuam, promovendo luta social em busca da ampliação de direitos ao mesmo tempo que politiza os já notáveis avanços alcançados.

Durante o processo de reorganização da atuação dos Comitês Populares, houve um expressivo avanço na identificação de bandeiras unitárias que refletem as grandes preocupações coletivas neste novo momento histórico do Brasil. Dentre as bandeiras que representam maior urgência foram apontadas: a luta emergencial contra a fome, o desemprego e a falta de moradia, a prisão de Bolsonaro pelos crimes cometidos contra o Brasil e punição aos golpistas que atacaram a República em 8 de janeiro, o fortalecimento da luta contra o Novo Ensino Médio, a permanente luta contra o machismo, racismo, LGBTfobia e qualquer forma de opressão, a luta por uma reforma tributária que possibilite justiça fiscal e a urgente redução da taxa de juros.

Desde o mês de maio de 2023, os Comitês Populares têm concentrado suas ações nestas pautas e principalmente na denúncia das altas taxas de juros que existem no Brasil, as quais colocam o país em uma situação de atraso e impossibilidade de desenvolvimento social e econômico. Diante dessa realidade, houve um empenho de consolidar nossa unidade e fortalecer a jornada contra as altas taxas, que ocorreu do dia 16 de junho a 2 de julho. Durante esse período, foram organizados mutirões populares, buscando dialogar

diretamente com as pessoas nos territórios sobre essa temática dos juros e quais são seus impactos na vida concreta da comunidade.

Esses mutirões têm sido uma estratégia para conscientizar a população sobre a importância de combater as altas taxas de juros e seus efeitos prejudiciais para a economia e o bem-estar social, organizar as ações dos próprios comitês, e pressionar o Banco Central pela queda dos juros. No final do mês de julho, também ocorreu um novo mutirão popular, seguindo a mesma estratégia de pautar a questão dos juros nos territórios. A continuidade dessas movimentações, apontada para o final de cada mês, tem como objetivo construir uma relação mais orgânica dos comitês nos territórios e tem impulsionado um movimento crescente.

Após intensa pressão, dos movimentos populares, de parte do empresariado, do próprio governo e Ministério da Fazenda, o Copom anunciou a queda da Selic de 13,75% para 13,25%, com o voto de desempate de Campos Neto, encerrando com placar de 5x4 pela redução de 0,5%, e com isso o governo deixa de pagar 19 bilhões em juros, valor que pode agora ser aplicado em áreas de interesse social. Porém, essa redução de 0,5% é absolutamente insuficiente para enfrentar os enormes desafios em nosso país, como a fome, o desemprego e o endividamento, considerando que não atinge de forma significativa o trabalhador brasileiro.

O corte de 0,50% representa a primeira queda da Selic em três anos, porém mesmo com essa queda, o Brasil continua no topo do ranking mundial de juros reais, segundo levantamento compilado pelo MoneYou, o país permanece no topo do pódio pela 7ª vez consecutiva. Esse ranking, traz reflexos nefastos no desenvolvimento econômico do nosso país e também ao desenvolvimento social, científico, tecnológico visto o custo que esses juros impactam na dívida a ser paga pelo governo brasileiro aos bancos e banqueiros credores da dívida pública, aliados e apoiadores da política de autonomia do Banco Central. Autonomia em relação ao governo mas totalmente voltado aos interesses do rentismo, da especulação financeira que não produz uma agulha e não planta um pé de café.

Por fim, os esforços seguem sendo para ampliar a organização popular, em todas as cidades e bairros, em cada quilombo e cada aldeia, em cada fábrica e cada sindicato, em todos os territórios e , organizações de da sociedade e de classe como um todo, sendo representativa e diversa para atender as imensas urgências presentes no Brasil de hoje. Ao mesmo tempo, articulando-se com lutas mais amplas para promover uma transformação sociocultural significativa, visto que temos uma disputa enorme no campo ideológico. Essas ações coletivas são essenciais para alcançarmos um Brasil justo, igual e acolhedor para o seu povo.

Janeslei Albuquerque é Secretária Nacional de Mobilização e Movimentos Sociais da CUT;

Janáina Meazza é Assessora da CUT.